

FEMERGS



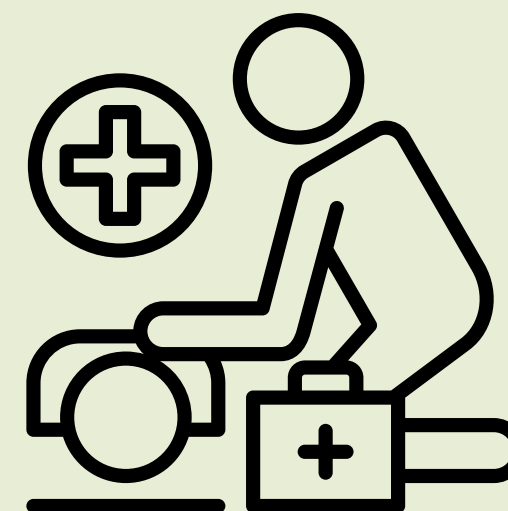
SERVIDOR



**SERVIDOR MUNICIPAL
NÃO É CONTRA A PEC 66/23**



**NOSSA LUTA É CONTRA A EMENDA
INCONSTITUCIONAL DO ARTIGO
40-A NA PEC 66/23**



PEC 66/ 2023

PONTO DE VISTA		ARGUMENTOS A FAVOR		ARGUMENTOS CONTRARIOS
Uniformidade	→	Regras previdenciárias iguais em todos os entes federativos. INSS	→	Ignora diferenças locais e fiscais
Controle Fiscal	→	Evita concessão de benefícios acima da capacidade fiscal dos entes	→	Pode impor regras excessivamente rígidas.
Segurança Jurídica	→	Elimina dúvida sobre a aplicação da EC 103/2019	→	Risco de Judicializações por inconstitucionalidade.
Autonomia Federativa	→	Permite regras mais rígidas, respeitando limites mínimos	→	Viola a autonomia dos entes Federativos
Constitucionalidade e formal	→	Corrige omissões da reforma de 2029	→	Tema estranho ao conteúdo original da PEC - um jaboti
Sustetabilidade previdenciária	→	Garante equilíbrio atuarial a longo prazo	→	Desconsidera e desrespeita entes que já equilibram seus RPPS

E caso a PEC 66/23 seja aprovada, quem tem precatórios a receber, especialmente em municípios, pode sofrer com o parcelamento. A PEC visa, entre outros objetivos, estabelecer limites para o pagamento de precatórios por parte dos municípios, o que pode implicar em prazos maiores e menor valor de pagamento por parcela.

LUTA PELA RETIRADA DA EMENDA 40-A

Em 2024, após a CCJ recomendar a exclusão do artigo 40-a, a Confederação Nacional de Municípios (CNM), recoloca a emenda como algo imprescindível para as finanças municipais, neste momento alegam que a Isenção de IR para quem ganha até R\$ 5.000,00 faz com que o município perderá muita arrecadação.

Por acreditar que a Comissão da Câmara dos Deputados cumpriu seu papel de Proteger a Constituição, e ter a certeza de que todos os Deputados tem a mesma consciência de seu papel, estamos aqui hoje, para mais do que apresentar as consequências negativas para os servidores, queremos demonstrar parceria para o desenvolvimento Municipal, pois diferente dos Políticos que se elegem por período determinado, o Servidor presta concurso para a vida toda.

PERGUNTA NECESSÁRIA: AFINAL UM BOM DEBATE SEMPRE COMEÇA COM UM QUESTIONAMENTO.

Qual artigo da Constituição prevê que sempre será o Servidor Público concursado, que perderá salário, comida de sua mesa para pagar os problemas fiscais deste país?

VAMOS AOS DADOS:



IR - Isenção até cinco mil reais, não vai causar queda de arrecadação.



RCL dos municípios vem crescendo nas últimas duas décadas

=



O passivo do RPPS, não é responsabilidade do Servidor Municipal.

UMA DAS JUSTIFICATIVAS DA CNM BUSCAR APROVAÇÃO DA EMENDA 40 -A É A ISENÇÃO DE IR ATÉ CINCO MIL REAIS.

- Segundo a Receita Federal, os municípios perderão 3.001 Bilhões
- Segundo a CNM, os municípios perderão R\$ 9,5 bilhões.
- Só primeiro lote de restituição de 2025 foi dia 30 de maio de 2025, no valor de R\$ 11 bilhões.

Serão quatro lotes, um cálculo fácil para fazer.
Que trabalhador que ganha até cinco mil reais pode usar um destes serviços fora do SUS e solicitar restituição?

Psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, hospitais, exames radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas.

Propostas do Ministério da Economia para compensar os municípios:

1 - A proposta da isenção até cinco mil, já incluiu a possibilidade de compensação direta aos Estados e Municípios com recursos da União.

2 - Todos os isentos terão mais dinheiro para gastar, aumentando ICMS, ISSQN, os recursos da isenção retornarão aos cofres Públicos como outros impostos.

3 - Podemos pensar em diminuir a Restituição para as faixa que ganham mais, e aumentar o percentual para quem ganha mais de R\$ 600,00 .

4 - Taxar super ricos, ou seja quem ganha mais de r\$ 600,00 por ano,

LEI 185/36

Não foi revogada, bem como não foi revogado o Decreto Lei 2.162/40

Art. 1 - Todo trabalhador tem direito em pagamento do serviço prestado, num salário mínimo capaz de satisfazer, em determinada região do País e em determinada época, das suas necessidades normais de alimentação habitação, vestuário e transporte.

ANO	SALÁRIO MINIMO	ISENÇÃO IR	N. SALÁRIOS ISENÇÃO	SALÁRIO EM DOLAR	VALOR MÉDIO CESTA BÁSICA	SALÁRIO IDEAL DIEESE
1996	112,00	900,00,	8,04	106,00	109,86	793,80
2000	151,00	900,00	5,96	80,46	141,43	805,40
2004	260,00	1.058,00	4,41	86,46	272,96	1.509,00
2008	415,00	1.372,81	3,31	223,59	218,36	1.924,59
2012	622,00	1.637,11	2,63	326,35	377,00	2.398,82
2016	880,00	1.903,98	2,03	252,87	456,45	3.856,23
2020	1.045,00	1.903,98	1,82	202,50	631,46	5.304,90
2024	1.412,00	2.824,00	2,00	228,00	582,00	7.067,68



Hoje o DIEESE considera o salário ideal para uma família de quatro pessoas R\$ 7. 067,68

REALIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO

A realidade salarial no Executivo municipal é alarmante: um quarto dos servidores recebe até R\$ 1.300,00, e metade do funcionalismo do país (equivalente a dois terços do total) ganha até R\$ 2.060,00.

Hoje o número de Servidores Municipais que ganham menos que o salário mínimo, é inacreditável, após oito décadas da criação do salário mínimo como garantia de dignidade humana, saber que o Servidor de muitos municípios, precisa fazer 30 horas extras e mais a insalubridade para atingir o salário mínimo, é revoltante, total desrespeito ao artigo primeiro inciso III da CF/88

Essa matemática é exata e as projeções são preocupantes. Com as mudanças já implementadas no âmbito municipal, é inevitável que, em um futuro próximo, teremos milhares de servidores inativos recebendo apenas um salário mínimo.

Essa situação acarretará um aumento drástico nas despesas municipais. quem vive com um salário mínimo hoje está, inegavelmente, em situação de vulnerabilidade. Consequentemente, a massa de usuários da Assistência Social e do SUS dobrará, no mínimo.

IMPACTOS PARA O SERVIDOR

O levantamento divulgado pelo instituto República.org, apresenta a situação preocupante quanto ao salário do servidor público no Brasil, esta pesquisa inclui todos os servidores do país, Federais, Estaduais e Municipais. Dados abaixo mostram o % de salario MÊS no Brasil



70% dos Servidores recebem menos que R\$5.000,00 .



50% dos servidores recebem certa de R\$ 3.400,00 por mês.



1% dos Servidores recebem o teto de R\$ 41.650 por mês.

Sendo mediano em matemática a gente percebe que para chegar a média de 3.400 no universo dos servidores, tem muito salário puxando a média para baixo.

DADOS PUBLICOS QUE MOSTRAM A VERACIDADE DAS PESQUISAS

O IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada revela mais especificamente o salário dos servidores Municipais, com dados das informações Sociais (Rais) de 2019, e concluiu que a média salarial dos é de apenas R\$ 2.727,00, é justamente no Município segundo o o IPEA é que são pagos os mais baixos salários do setor público.

Servidora que tem 13 anos de serviço público, Padrão II: Salário 1.707

Motorista, que nos leva quando doentes, e nossos filhos na escola, Padrão VI Salário de 1.933,11

Cargo de Vigia município Gaúcho, 984,90, Sem comentários,

Cargo de Eletrecista, 1.540,00, quanto a gente paga para arruma uma tomada na nossa casa?

Cargo de Merendeira, 1.442,00

Cargo de Contador 5.855,15 - 4.112 mil habitantes

Cargo de Contador 14.595,40 - 4.975

RPPS - Nos Municípios

Lei 9.717/98 esta Lei estabeleceu as normas gerais para o funcionamento dos RPPS, determinando que cada ente federativo organize seus sistema de acordo com sua realidade.

A EC 20/1998 e a EC 41/2003 introduziram a possibilidade de previdência complementar para servidores públicos, permitindo que eles buscassem benefícios adicionais além do RPPS.

RPPS é Contributivo e Solidário:

Cada ente federativo pode estabelecer regras específicas para o seu RPPS, adaptando-as às suas necessidades e realidades.

TENENTE PORTELA abril de 202 valor guardado no RPPS R\$ 39.745.124

Ativos 301

aposentados 143

pensionistas 32

Percentual Servidores 14%

Percentual Ente 14%

Passivo 29,13 %

valor do passivo R\$ 70.988.940,56

Taxa administrativa 1

Valor Percapta R\$ 83.498,16

Atuaria: Michele de Mattos Dal Agnol

Se Tenente Portela, possui por escolha Política de não realizar concurso:

301 concursados

150 contratos emergenciais

63 cargos políticos

27 Celetistas

Pergunto aos Deputados e a Presidente da FAMURS.

É acabar com a autonomia do ente Municipal a solução?

Ou é fazer concurso público para preencher as vagas a solução do Problema?

SUGESTÕES FEMERGS

- 1 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE 35 ANOS PARA O MUNICIPIO QUITAR O PASSIVO EM FORMA DE LEI;
- 2 - CUMPRIMENTO DO PLANO DE ARMORTIZAÇÃO COM PAGAMENTOS TEMPESTIVOS;
- 3 - EFETIVIDADE NO PLANO DE ARMORTIZAÇÃO;
- 4 - DIMINUIÇÃO DE CONTRATOS E TERCEIRIZAÇÕES A UM NÍVEL QUE NÃO PREJUDIQUE O RPPS
- 5 - DESTINAÇÃO DE 1 A 2 % DE TODAS EMENDAS PARLAMENTARES RECEBIDAS PELO MUNICIPIO COMO APORTE NO RPPS;
- 6 - ADOÇÃO DA EMENDA 103/19 NA INTEGRA PARA TODOS OS SERVIDORES A PARTIR DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019.

FONTES:

[https://transparencia.betha.cloud/
EVOLUÇÃO DOS DADOS ECONOMICOS.COM.BR](https://transparencia.betha.cloud/EVOLUÇÃO%20DOS%20DADOS%20ECONOMICOS.COM.BR)

<https://www.ipea.gov.br/>
<https://www.trt4.jus.br/>

<https://www.bb.com.br/>
<https://www.ibge.gov.br/>

<https://www.dieese.org.br/>
<https://tcers.tc.br/>